



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS - IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA



Universidade Federal do
Pará – UFPA

Programa de Pós-graduação
em Ciência Política

**RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE RECURSOS CONTRA OS
RESULTADOS PRELIMINARES DA ETAPA DE PROVA ESCRITA
PROCESSO SELETIVO DE MESTRADO (TURMA 2026) – EDITAL Nº 02/2025**

Em atendimento ao disposto pelo Edital nº 02/2025 do PPGCP-UFPA, vimos, por intermédio deste, divulgar os *resultados da avaliação de recursos contra os resultados preliminares da Etapa de Prova Escrita* do Processo Seletivo para o Curso de Mestrado em Ciência Política – Turma 2026.

Em consonância com os critérios expressos pelo item 10.2.4 do Edital supracitado, a banca avaliou se os recursos impetrados

- (a) ACRESCENTARAM
- (b) NÃO ACRESCENTARAM

novos elementos avaliativos que justificassem a revisão das notas, conforme a chave de respostas da prova, encartada em anexo ao presente documento.

Dessa forma, os resultados da análise de recursos foram os seguintes:

Inscrição	Nota preliminar	Resultado preliminar	Nota recurso	Resultado recurso	Justificativa	Resultado final da etapa
72134	40	REPROVADA	40	INDEFERIDO	NÃO ACRESCENTAR elementos	REPROVADA
72151	67,5	REPROVADA	75	DEFERIDO	ACRESCENTAR elementos	APROVADA
72197	87,5	APROVADA	87,5	INDEFERIDO	NÃO ACRESCENTAR elementos	APROVADA

Presidente da Comissão de Seleção

Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro

ANEXO – CHAVES DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA

QUESTÃO OBRIGATÓRIA GERAL – Todos/as Candidatos/as Devem Responder

1. Contemporaneamente é discutido o "recesso democrático" pelo qual passam diferentes países. Nele, os processos de autocratização passam a ser, em sua maioria, realizados "por dentro" das instituições democráticas. Com base nas leituras de Dahl (2012) e Levitsky e Ziblath (2018) avalie como o "roteiro de subversão" da democracia, empreendido por líderes autoritários da atualidade, enfraquece as dimensões fundamentais que caracterizam uma poliarquia.

O fenômeno contemporâneo do "recesso democrático" caracteriza-se por um processo de autocratização gradual, em que líderes eleitos subvertem as democracias por meio das próprias instituições, mantendo um verniz de legalidade enquanto corroem a essência do regime – o que diferencia o fenômeno dos processos autocráticos iniciados por golpes de Estado disruptivos e, geralmente, acompanhados por escaladas repressivas. Em comparação com o modelo produzido por Dahl, essa erosão ataca as dimensões fundamentais de uma poliarquia: a contestação pública (liberalização) e o direito de participação (inclusividade). Para Dahl, a razão mesma de existência dos sistemas poliárquicos depende de um governo com níveis consideráveis de responsividade às preferências de cidadãos considerados politicamente iguais (o que é confrontado pela perda de direitos políticos de agentes políticos fundamentais, característica das erosões democráticas contemporâneas), o que exige garantias institucionais como a liberdade de expressão, o direito de líderes competirem por apoio e a existência de fontes alternativas de informação (enfraquecidos pelos ataques às instituições contramajoritárias, a exemplo das cortes constitucionais, presentes em casos atuais de autocratização).

O processo gradual de “morte das democracias”, conforme descrito por Levitsky e Ziblath, também descaracteriza os países nele envolvidos enquanto poliarquias dada a "grande abdicação" dos partidos políticos, que falham em sua função histórica de "guardiões da democracia". Segundo os autores, os partidos deveriam atuar como filtros, isolando populistas e extremistas para evitar que cheguem aos centros de poder. Contudo, tendo principalmente o caso estadunidense em vista, a transição para sistemas de primárias vinculantes enfraqueceu o controle das lideranças partidárias, permitindo que outsiders sem compromisso com normas democráticas capturassem as legendas, a exemplo da ascensão de Donald Trump no Partido Republicano. Quando as elites políticas, por medo ou oportunismo, realizam "alianças fatídicas" com esses líderes e "normalizam" sua conduta, elas permitem que o governo trate rivais não como competidores legítimos, mas como inimigos existenciais.

Essa dinâmica impacta diretamente os custos de tolerância e repressão estabelecidos por Dahl. Ao negarem a legitimidade dos oponentes, os líderes autoritários elevam o custo da tolerância para o governo, pois a derrota eleitoral passa a ser vista como uma catástrofe. Simultaneamente, ao utilizarem as instituições como "armas políticas" (aparelhando tribunais e intimidando a imprensa), esses líderes reduzem o custo da repressão com fachadas legais, sabotando a contestação pública. Como resultado,

embora o direito de participação (especialmente o voto) possa ser mantido formalmente, a sua eficácia é anulada pela destruição das garantias que permitem aos cidadãos formularem e expressarem suas preferências com segurança, transformando a poliarquia em uma hegemonia disfarçada.

QUESTÕES DA LINHA INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS – Candidatos(as) inscritos(as) nessa linha devem responder a uma das questões abaixo:

2. A partir da Constituição de 1988 a implementação de políticas sociais se dá em um quadro institucional que distribui responsabilidades diferentes aos entes federados. Disserte sobre as atribuições de papéis institucionais a respeito da criação e implementação de políticas públicas no Brasil, destacando possibilidades e limites dentro desse contexto.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu um novo pacto federativo que redistribuiu competências e responsabilidades entre a União, os estados e os municípios. Esse processo alterou profundamente a criação e implementação de políticas sociais, transitando de um modelo centralizado e autoritário para um sistema baseado na autonomia política e fiscal dos entes subnacionais.

No contexto pós-1988, a criação de políticas públicas no Brasil é marcada por uma dualidade funcional: enquanto a União retém grande parte da autoridade para formular normas gerais e regular o financiamento, a execução efetiva foi amplamente transferida para os municípios e estados. Por serem politicamente soberanos, os governos locais não estão mais subordinados de forma hierárquica e direta ao centro, o que exige do governo federal o uso de estratégias de indução para obter a adesão voluntária dos entes subnacionais. A descentralização tornou-se um elemento de cálculo político, configurando uma "barganha federativa" na qual cada nível de governo tenta transferir custos e reter benefícios; o sucesso de programas como o SUS, por exemplo, dependeu de desenhos institucionais que minimizassem as incertezas financeiras para os municípios.

A implementação das políticas públicas é operada por estruturas burocráticas que sofreram transformações significativas, migrando do modelo histórico de insulamento burocrático, para a governança democrática. Esse novo arranjo exige que a burocracia detenha não apenas capacidade técnica para coordenar e entregar políticas, mas também capacidade política para articular com atores sociais e políticos. Atualmente, nota-se um hibridismo político-burocrático, no qual políticos se especializam em temas técnicos e burocratas tornam-se articuladores políticos (*policymakers*), negociando consensos para viabilizar a implementação. Esse quadro federativo oferece possibilidades de maior responsividade e legitimidade por meio da institucionalização de conselhos e conferências, permitindo que a sociedade civil influa na criação de modelos alternativos de políticas. Além disso, a reconstrução de órgãos como o Ministério Público e o fortalecimento do controle externo pelo Tribunal de Contas da União fortaleceram a vigilância e a *accountability* sobre a probidade administrativa.

Contudo, esse contexto institucional enfrenta limites estruturais severos, como as profundas desigualdades de capacidade financeira e administrativa entre os municípios brasileiros, que permanecem, em sua maioria, dependentes de transferências federais e auxílio técnico contínuo. A coordenação federativa é outro desafio constante, pois o conflito entre entes pode gerar paralisia ou a imposição de barreiras à negociação, como analisado em subsistemas marcados por posturas hiperadversárias que prejudicam a transparência e a eficácia. Por fim, o fortalecimento excessivo dos órgãos de controle, embora salutar, pode levar ao engessamento da gestão pública devido ao medo da punição, paralisando a inovação burocrática necessária para a efetividade das políticas. Em síntese, o modelo federativo brasileiro exige uma coordenação vertical e horizontal constante, sob o risco de reproduzir desigualdades caso as capacidades estatais sejam desigualmente distribuídas no território.

QUESTÕES DA LINHA *INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS* – Candidatos(as) inscritos(as) nessa linha devem responder a uma das questões abaixo:

3. Compare as interpretações de Figueiredo e Limongi (1999) com as de Freitas (2016) sobre as relações entre Executivo e Legislativo no Brasil, destacando suas implicações para a governabilidade e a estabilidade democrática do sistema político brasileiro.

As relações entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil se constituem em tema de análise fundamental para se compreender como funciona o sistema político brasileiro. As interpretações de Figueiredo e Limongi (1999) e de Freitas (2016) convergem ao rejeitar diagnósticos de paralisia decisória, ingovernabilidade e instabilidade, mas divergem significativamente na ênfase dada ao papel ativo do Congresso Nacional na formulação de políticas públicas.

Figueiredo e Limongi fundamentam sua análise na organização institucional do processo decisório sob a Constituição de 1988, refutando a tese de que o presidencialismo multipartidário brasileiro levaria necessariamente ao comportamento irresponsável dos parlamentares. Para esses autores, o sucesso do governo na aprovação de sua agenda legislativa decorre de seus amplos poderes constitucionais, como a exclusividade de iniciativa em áreas tributárias e administrativas, a faculdade de solicitar urgência e o poder de editar Medidas Provisórias (MPs). Essas prerrogativas permitem ao Executivo controlar o timing e o conteúdo dos trabalhos legislativos, constituindo-se no principal ator a impor sua agenda legislativa. Além disso, a governabilidade é garantida por uma estrutura que induz a cooperação, na qual os líderes partidários detêm recursos regimentais fundamentais para controlar a pauta e garantir a disciplina partidária, tornando o Legislativo uma instância predominantemente reativa e cooperativa frente à preponderância do Executivo.

Por outro lado, Freitas (2016) avança a discussão ao analisar o funcionamento interno das coalizões governamentais através das alterações feitas aos projetos do Executivo dentro do Congresso. A autora contesta a visão de um Congresso submisso ou neutralizado, demonstrando por meio de dados que o Legislativo é, na verdade,

responsável por mais do que um terço do texto final das leis analisadas. Freitas também põe em questão a ideia de comportamento predominantemente paroquialista ao evidenciar que a vasta maioria das alterações feitas por parlamentares possui abrangência nacional (e não meramente local ou clientelista), o que indica que o Legislativo tem uma preocupação real com políticas públicas substantivas. Em sua interpretação, a formação de uma coalizão implica em uma efetiva divisão de poder e responsabilidade, na qual o processo legislativo funciona como um mecanismo de "controle cruzado" entre os aliados. Frequentemente, um ministro de um partido propõe uma medida que será relatada e alterada por um parlamentar de outro partido da mesma coalizão, garantindo que a proposta original seja reavaliada e ajustada para refletir o acordo coletivo. Para Freitas, a estabilidade democrática é reforçada por essa inclusividade do processo, permitindo que a agenda do Executivo se torne, efetivamente, a agenda da maioria.

Em termos comparativos, enquanto Figueiredo e Limongi focam sua análise no poder de agenda e na centralização regimental que garante a eficiência do comando presidencial, Freitas prioriza a dinâmica interna da coalizão e o papel do Legislativo como coautor das leis. Ambas as obras concluem que o sistema político brasileiro possui mecanismos robustos de coordenação, porém, para os primeiros autores, a governabilidade advém de uma centralização institucional que evita a anarquia legislativa. Já para Freitas, a estabilidade resulta da solidez da parceria política, onde o Legislativo não apenas chancela, mas molda as políticas públicas para acomodar as preferências dos partidos que compõem o governo. Enquanto Figueiredo e Limongi enfatizam a eficácia das regras que distribuem poder entre os poderes, Freitas ressalta que a agenda aprovada no Legislativo deixa de ser exclusiva do presidente e passa a ser o produto final da vontade de uma coalizão governamental.

<p>QUESTÕES DA LINHA <i>DEMOCRACIA E SOCIEDADE</i> – Candidatos(as) inscritos(as) nessa linha devem responder a uma das questões abaixo:</p>

<p>4. Os artigos de Biroli (2016) e Campos e Machado (2015), embora analisem objetos de estudos diferentes, convergem na identificação de mecanismos promotores de desigualdades sociais no âmbito na representação política no Brasil. Sendo assim, analise como esses trabalhos evidenciam as formas pelas quais as desigualdades estruturais de gênero e raça operam como mecanismos de exclusão política no Brasil.</p>

A análise convergente dos artigos de Biroli (2016) e Campos e Machado (2015) revela que a sub-representação de mulheres e negros no Brasil não decorre de escolhas individuais ou da falta de candidatos, mas de mecanismos estruturais que restringem o acesso a recursos fundamentais para a competição política.

Biroli (2016) argumenta que a Divisão Sexual do Trabalho é o axioma fundamental das hierarquias de gênero nas democracias contemporâneas. Ela atua como mecanismo de exclusão política através de dois eixos principais. O primeiro deles é a restrição material. A atribuição desigual do trabalho doméstico e de cuidado às mulheres (que dedicam mais do que o dobro do tempo dos homens a essas tarefas) gera uma escassez de tempo livre – essencial para a militância, a criação de redes e bases de apoio e a

construção de carreiras políticas. Além disso, a divisão social do trabalho concorre para menores rendimentos médios para as mulheres, limitando sua autonomia financeira para a inserção na vida política.

Em segundo, as competências políticas são socialmente construídas como masculinas, enquanto o papel feminino é "naturalizado" na esfera privada. Isso impõe às mulheres maiores custos sociais, como julgamentos morais e pressões sobre seus relacionamentos, quando decidem ingressar na vida pública.

O estreitamento do acesso a espaços de poder é também estruturalmente "afunilado" em termos raciais, conforme demonstram Campos e Machado (2015). Isso pode ser visto desde o maior acesso a recursos de campanha por parte das candidaturas de pessoas brancas às suas maiores taxas de eleição. Candidatos não brancos enfrentam maior dificuldade em captar receitas de campanha, mesmo quando possuem nível superior ou ocupações de classe alta. Dessa forma, a discriminação racial torna-se mais "crucial e intensa" à medida que a competição por recursos escassos se acirra. Os autores evidenciam que a sub-representação é mais drástica no último decil (os 10% superiores) de receita e votação; é nesse espaço de alta competitividade, onde se definem os eleitos, que os não brancos são sistematicamente barrados.

Ambos os trabalhos convergem ao identificar que as desigualdades não são isoladas, mas se sobrepõem. Biroli enfatiza que a vulnerabilidade é maior para mulheres negras e pobres, que não possuem recursos (como a contratação de empregadas domésticas) para mitigar os efeitos da Divisão Social do Trabalho. Campos e Machado, por sua vez, isolam as variáveis de classe e sexo para mostrar que, mesmo em condições socioeconômicas similares, o fator raça permanece como um preditor negativo de sucesso eleitoral. Os textos apontam que a democracia brasileira é hierarquizada. A exclusão política opera ao "privatizar" questões de gênero (tratando o cuidado como problema doméstico) e ao concentrar o poder político em elites brancas que detêm o monopólio do financiamento e do reconhecimento social.

Em suma, as desigualdades estruturais operam como mecanismos de exclusão ao criar custos de participação desproporcionais. Enquanto para homens brancos a estrutura social libera tempo e provê financiamento, para mulheres e negros o sistema impõe obstáculos que comprometem sua cidadania plena e a capacidade de influenciar as normas que regem suas próprias vidas.

<p>QUESTÕES DA LINHA <i>DEMOCRACIA E SOCIEDADE</i> – Candidatos(as) inscritos(as) nessa linha devem responder a uma das questões abaixo:</p>

<p>5. Muito tem se discutido sobre o fortalecimento de agentes políticos, movimentos sociais e mesmo da ideologia de direita no Brasil atual. Com base nos textos de Fuks e Marques (2022) e Rennó (2022) analise como o fortalecimento da direita se relaciona à polarização ideológica do público brasileiro e à adesão eleitoral ao bolsonarismo.</p>
--

As abordagens de Fuks e Marques (2022) e Rennó (2022) sobre os padrões de comportamento político no Brasil revelam um cenário de crescimento da direita, em

termos ideológicos e eleitorais, e da polarização. Conforme os autores, o Brasil experimenta um aumento significativo da polarização que, mais do que baseada em filiações ou temas ideológicos, é predominantemente de natureza afetiva – emocional e centrada nas identidades de grupos políticos. O aprofundamento da polarização se dá num contexto no qual a direita passou por um processo de reorganização e radicalização, enquanto a esquerda manteve uma trajetória de moderação iniciada ainda nos anos 1990.

Dessa forma, Fuks e Marques (2022) chamam a atenção para a ideia de polarização assimétrica, com forte influência do crescimento da direita. Ademais, eles argumentam que o caso brasileiro possui características específicas que o distinguem de modelos como o estadunidense. Em um sistema partidário fragmentado e de baixo enraizamento social, a desafeição política (polarização afetiva) organiza-se com mais intensidade em relação aos candidatos e líderes do que aos próprios partidos. Além disso, essa divisão não é um fenômeno socialmente difuso – ela se concentra em uma minoria de indivíduos politicamente engajados, que possuem maior interesse por política, são mais participativos e mantêm identidades partidárias mais fortes. Em acréscimo, ao se pensar na ideia de ideologia operacional (baseada nos posicionamentos individuais em relação a temas nas dimensões econômica e cultural), demonstram que, embora a sociedade esteja dividida, essa fragmentação não se converte em clivagens partidárias nítidas e constantes.

Em consonância com essa visão, Rennó (2022) define o bolsonarismo como um alinhamento ideológico de direita consistente e não apenas uma reação passageira de ressentimento. Esse movimento é caracterizado por ser multidimensional, unindo pautas de segurança pública (estilo “lei e ordem”), reações culturais conservadoras contra direitos de minorias, neoliberalismo econômico e, mais recentemente, o negacionismo científico e a defesa de soluções autoritárias aos problemas nacionais. Segundo ele, o bolsonarismo logrou articular uma base central de aproximadamente 20% da população, composta majoritariamente por homens brancos, evangélicos e de maior renda, que compartilham de forma sólida os posicionamentos de lideranças políticas identificadas com a direita e, principalmente, Jair Bolsonaro. Cabe ainda lembrar, conforme a leitura de Rennó o papel central de variáveis como o antipetismo na formação do campo bolsonarista do eleitorado brasileiro.

Ao cabo, os autores convergem ao apontar os riscos que esse cenário impõe à estabilidade democrática. Fuks e Marques (2022) alertam que a polarização afetiva está associada ao apoio a medidas autoritárias por parte das lideranças, enquanto Rennó (2022) destaca o desgaste das instituições e o questionamento da integridade do sistema eleitoral como marcas do processo político recente.